

COMPORTAMENTO VERBAL E REFORÇO NATURAL

HÉLIO JOSÉ GUILHARDI¹

**Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
Campinas - SP**

Ferster, Culbertson e Boren (1968, p.272-3)² assim escreveram:

“A distinção entre reforço arbitrário e natural é tema de muita relevância, quer do ponto de vista da ação terapêutica, quer em relação às implicações morais do tratamento. As implicações práticas passaram a ser reconhecidas no momento em que aqueles que estavam aplicando os princípios [comportamentais] começaram a avaliar as dificuldades em manter, no ambiente natural, o comportamento instalado nas situações terapêuticas³. Muitas dessas dificuldades podem ser resolvidas quando se reconhecerem as propriedades dos reforços naturais e arbitrários. Do ponto de vista moral, uma discussão a respeito dos reforços arbitrários traz à baila a importante questão de se saber *por que e para benefício de quem* o comportamento de um indivíduo deve ser modificado.”

Vamos apresentar um resumo⁴ do experimento conduzido por Hopkins (1968)⁵, que claramente ilustra o manejo de reforços arbitrários e naturais para influenciar comportamentos de um garoto de 10 anos [vamos chamá-lo de Jô] com desenvolvimento atípico, que raramente ria e emitia, em alta frequência, respostas de se lamentar. O objetivo do estudo foi aumentar a frequência do comportamento de sorrir e verificar o que ocorreria com comportamentos da mesma classe (comportamentos colaterais) por generalização. Atente para dois aspectos dos procedimentos: em que circunstância foi usado reforço natural e em quais foi usado reforço arbitrário; em quais condições o comportamento do cliente pode ou não ser mantido na ausência do terapeuta (este é um critério para você identificar se as consequências naturais assumiram o controle do comportamento alvo).

¹ Agosto/2015, revisto março/2017

² Ferster, C. B., Culbertson, C. e Boren, M. C. P. (1968, 1978). *Princípios do Comportamento*. São Paulo: Editora Hucitec.

³ “Para o comportamento ser mantido no ambiente natural, os reforçadores a serem usados para modelar e desenvolver os desempenhos devem ser aqueles que ocorrem, como consequência dos desempenhos, no próprio ambiente natural”. (Ferster et al., 1968, p. 273).

⁴ O presente resumo foi transcrito (com alguma edição) do livro de Ferster *et al.* (1968) (pp. 289-290).

⁵ Hopkins, B. L. Effects of candy and social reinforcement, instructions, and reinforcement schedule leaning on the modification and maintenance of smiling. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1968, *1*, 121-129. (O artigo integral pode ser encontrado no site www.terapiaporcontingencias.com.br – seção Textos/Outros Autores.)

Resumo dos procedimentos⁶ utilizados por Hopkins (1968) e comentários do autor do presente texto (identificados por C):

1. Todo o procedimento foi conduzido durante os passeios feitos pelo experimentador (E) e por Jô pelos arredores da escola (acompanhava-os um observador). O passeio se prolongava até que pelo menos oito diferentes pessoas tivessem respondido com um cumprimento verbal ao Jô durante o passeio [lembre-se que Jô conversava com as pessoas sobre temas pesados; não sorria, porém!] O comportamento de sorrir foi definido pela ocorrência da resposta em até 5 segundos desde o momento em que a interação verbal começava.

C: A programação da condução do experimento em situação natural e a escolha de interações verbais com pessoas que passavam por ali indicam a preocupação de evocar a resposta em situação social natural e que venha a ser mantida na ausência do terapeuta pelas consequências naturais que produza, advindas do contexto social.

2. Nos primeiros sete passeios, a resposta de interagir com as pessoas e sorrir (ou não) foi registrada sem nenhum procedimento em particular. Trata-se da fase de *linha de base*, a qual permite quantificar a ocorrência espontânea do comportamento de interesse (sorrir), antes de ser introduzida qualquer variável de controle sobre o comportamento.

*C: Mensurar o comportamento tal como ele ocorre antes da introdução das variáveis de controle é uma preocupação metodológica e visa a apresentar números sobre a ocorrência da resposta de interesse antes da introdução do tratamento – variável experimental – de modo a comparar o número de ocorrências após a introdução do tratamento. É uma maneira de apresentar dados sobre a eficácia do tratamento (dos procedimentos empregados). Na Fig. 1 os sete primeiros pontos do gráfico compõem a fase de **linha de base** (indicada por BL, baseline em inglês). Nesta fase, foi medida a proporção entre o número de sorrisos e o número de pessoas do parque que interagem com o garoto (número de sorrisos dividido por 8). A proporção de sorrisos variou desde um único sorriso (sessão 5) até quatro sorrisos, cerca de 50% do total possível (sessão 2).*

3. A partir do oitavo passeio até o vigésimo terceiro, o E dava um pedaço de doce ou uma bala para Jô, desde que ele iniciasse uma interação verbal e sorrisse até 5 seg depois que tivesse ocorrido uma interação verbal com qualquer pessoa com quem ele cruzasse durante o passeio. Se ele não sorria, E não lhe dava o doce e não interagia com ele (ficava ao seu lado, mas em silêncio por 15 segundos), enquanto continuavam o passeio.

C: O procedimento inclui reforço arbitrário: o E define qual é o comportamento que será reforçado. A consequência dada, qual seja, a bala, é conveniente para o estudo. Se a única consequência do comportamento for arbitrária, então sorrir – se vier a ser instalado – não será mantido na ausência do E. A não ocorrência do comportamento de interesse (escolhido pelo E), ou melhor, a ocorrência de qualquer outro comportamento

⁶ Será apresentado neste texto apenas o estudo I conduzido por Hopkins (1968).

diferente de sorrir era submetida ao procedimento de extinção (não produzia bala) e de punição negativa (era removida a atenção do E por 15 segundos).

*O procedimento inclui também reforço natural, qual seja a reação da pessoa com quem Jô interage. Note que a pessoa estranha não está reagindo sob controle de nenhuma resposta de Jô predefinida por E (a pessoa no parque desconhece os objetivos do experimento). Reagirá aos comportamentos do garoto conforme seus critérios pessoais. A resposta de interagir simplesmente foi emitida pela pessoa no parque, sob controle dos comportamentos do cliente. É uma forma de consequência social com funções a serem avaliadas (aversivas ou reforçadoras positivas, mas naturais). Os resultados aparecem na seção A do gráfico. A partir do passeio 17, Jô interagiu com sorriso com as primeiras oito pessoas com as quais cruzou no parque (a proporção foi 100%). A fase A é chamada de **experimental**, pois o comportamento sob estudo é sistematicamente reforçado pelo E. Os dados comparados com os da fase de linha de base permitem constatar o resultado do procedimento introduzido: o comportamento de sorrir aumentou até o nível ótimo (100% de ocorrências possíveis). Note que a ocorrência das respostas de sorrir foi aumentando gradualmente, produzindo reforço até a consequência reforçadora manter o comportamento com força máxima.*

4. A partir do vigésimo quarto passeio até o trigésimo terceiro, o E não dava mais a bala, mesmo que o cliente sorrisse. Esta fase foi uma repetição do procedimento adotado na linha de base. Atente para o fato de que os comportamentos das pessoas que passeavam pelo parque e se encontravam com Jô não foram influenciados por nenhuma instrução.

*C: O procedimento deixou de incluir o componente arbitrário e apenas consequências socioverbais naturais, provindas das pessoas com as quais o cliente se encontrava, eram produzidas pelo comportamento de interação social (com ou sem sorriso). Tal etapa do procedimento, denotada pela letra B, é chamada de **reversão**, pois replica a fase de linha de base. O que se pretende é verificar se a apresentação de consequências arbitrárias (bala), contingente à resposta de sorrir, tem função reforçadora positiva (aumenta e mantém a frequência da resposta em frequência superior à da linha de base). O comportamento de sorrir não se alterou durante as 10 sessões nesta condição, o que não permite fazer nenhuma afirmação definitiva sobre a função reforçadora positiva do reforço arbitrário: o que estaria mantendo o comportamento de sorrir? Uma vez que não foram registradas de maneira sistemática as reações das pessoas ao sorriso de Jô, não se pode afirmar que o sorrir passou a ser mantido pelas consequências sociais naturais produzidas pelo comportamento em estudo. A próxima etapa do procedimento, identificada pela letra C, foi introduzida para avaliar o efeito do reforço arbitrário.*

5. A partir do trigésimo quarto passeio até o quadragésimo quarto, o cliente carregava no pescoço uma placa com os dizeres: “Se eu sorrir, ignore-me”; “Se eu olhar tristemente, fale comigo”. A bala continuou suspensa. Nos três primeiros encontros com pessoas no passeio 34, três delas ignoraram as instruções do cartão. Por essa razão, o observador passou a andar

alguns metros na frente nas sessões seguintes e a avisar as pessoas para seguirem as instruções escritas.

C: O procedimento introduz reforço arbitrário, por parte das pessoas que cruzavam com o cliente no passeio, por duas razões. A primeira delas é que a atenção que davam a ele estava sob controle de uma instrução escrita num cartão. Não eram reações próprias das pessoas, mas atendiam aos critérios do E (eram úteis para ele, não para o cliente, nem para a pessoa). Em segundo lugar, as consequências sociais foram programadas para comportamentos em relação aos quais a comunidade em geral reage de maneira oposta. Mais uma vez atende exclusivamente aos critérios e interesses do E. O procedimento aqui descrito pode sofrer uma crítica ética: é correto, do ponto de vista ético, manejar os comportamentos das pessoas em benefício do controlador e em detrimento da pessoa que deveria estar sendo considerada e respeitada? O procedimento descrito no item 5 é validado eticamente por se tratar de um estudo experimental, ser aplicado transitoriamente e ser substituído por procedimentos que – como se verá – beneficiam o cliente. Finalmente, o procedimento é arbitrário, pois seus efeitos não se manterão (ainda bem!) na ausência do E e os procedimentos não serão aplicados sem que exista um agente controlador sugerindo que sejam aplicados. (No estudo experimental algumas pessoas não atenderam às instruções escritas na placa! Foi necessário que o observador que acompanhava o estudo se antecipasse, pedindo para as pessoas atenderem às instruções.)

Por que se introduz tal controle experimental? A pesquisa deve responder com claras evidências quais são as relações funcionais em operação. Assim, qual a função do reforço arbitrário: o aumento de ocorrência e a manutenção do comportamento de sorrir se deve à apresentação contingente da bala ou a outros determinantes não identificados? Apenas uma resposta experimentalmente conclusiva permite a adoção de tal procedimento para fortalecer e manter comportamentos desejados em situações e com dificuldades comportamentais equivalentes. Desta maneira, não seria ético afirmar que determinado procedimento produz determinado efeito, sem demonstrar tal relação de causalidade. É indiscutível que as alternâncias de procedimentos e variações nos manejos das variáveis de controle comportamental causam desconforto (para falar o mínimo) para o cliente; no entanto, afirmar que determinado procedimento é responsável pelos progressos comportamentais, quando pode não ser, tem efeitos prejudiciais muito sérios e mais danosos.

Essencialmente, em que constituiu o procedimento introduzido nesta fase? O que se buscou com a inversão das consequências sociais foi demonstrar que são elas que produzem alterações na emissão dos comportamentos alvo, excluindo de forma sistemática a consequência social natural contingente ao comportamento de sorrir de Jô (o presente procedimento controlou a variável – reforço social natural – que se apresentou como possível explicação para a manutenção em 100% das ocorrências de interação entre Jô e as pessoas do parque que interagiram com ele nas sessões 24 a 33).

6. A partir do quadragésimo quinto até o quinquagésimo sexto passeio, o cartão levado pelo cliente tinha o letreiro inverso: “Se eu sorrir, fale comigo”; “Se eu olhar tristemente, me ignore”. O observador andava, como na fase anterior, na frente do garoto e pedia para as pessoas atenderem às instruções.

C: O procedimento continua sendo arbitrário. Embora a consequência social seja solicitada na direção esperada pela comunidade socioverbal, o comportamento das pessoas de interagir com o cliente está sob controle da instrução do cartão – a qual define, inclusive, o comportamento do cliente que deve ser consequenciado e como deve ser consequenciado. Ou seja, a consequência socioverbal não é produzida pelo comportamento do cliente exclusivamente, mas pela instrução. Adicionalmente, o observador andava na frente do E e do cliente e solicitava às pessoas que atendessem as instruções do cartão. Mais um controle arbitrário. Pode-se perguntar se tal procedimento seria mantido pelas pessoas na ausência do E. A resposta é negativa. As pessoas reagiam de acordo com seus próprios critérios. Há, inclusive, pessoas que conversam mais com pessoas que se mostram tristes, que se lamentam etc., do que com aquelas que sorriem!...

7. A partir do quinquagésimo sétimo passeio até o septuagésimo sexto dia do experimento, as condições voltaram a ser as mesmas da linha de base: não havia bala, não havia cartões e as pessoas reagem às interações do cliente como bem entendessem...

C: O procedimento volta a utilizar apenas reforço natural. A resposta socioverbal do cliente não é mais definida pelo E e produz nas pessoas quaisquer reações próprias dos hábitos de cada comunidade socioverbal, com particularidades próprias aqui e ali, modeladas por histórias de contingências de reforçamento idiossincráticas de uma pessoa ou outra. Acrescente-se que a ausência do E não modifica o procedimento das pessoas com o cliente. O que se espera é que as interações de Jô com as pessoas do parque e as demais em outros contextos sociais (no clube, no shopping, nas ruas etc.) se mantenham com as mesmas funções: que sorrir passe a ser um comportamento emitido por Jô em contextos naturais e seja mantido por consequências sociais naturais. A presença do E, inversamente, pode ser prejudicial para Jô. Suponha que o E se mantenha como a principal fonte de consequências reforçadoras positivas – no caso, arbitrárias – para o comportamento de Jô, ou seja, não haja nem a programação do esvanecimento da presença e dos comportamentos de manipulação comportamental emitidos pelo E, nem haja programação de consequências naturais para a manutenção do comportamento de interesse, o que ocorrerá? Jô ficará dependente do E para emitir o comportamento de sorrir – só responderá sob controle da presença e dos comportamentos do E – e ficará insensível ao controle proveniente do contexto social natural em que vive. O processo terapêutico, nesta condição, terá resultado limitado e incompleto!

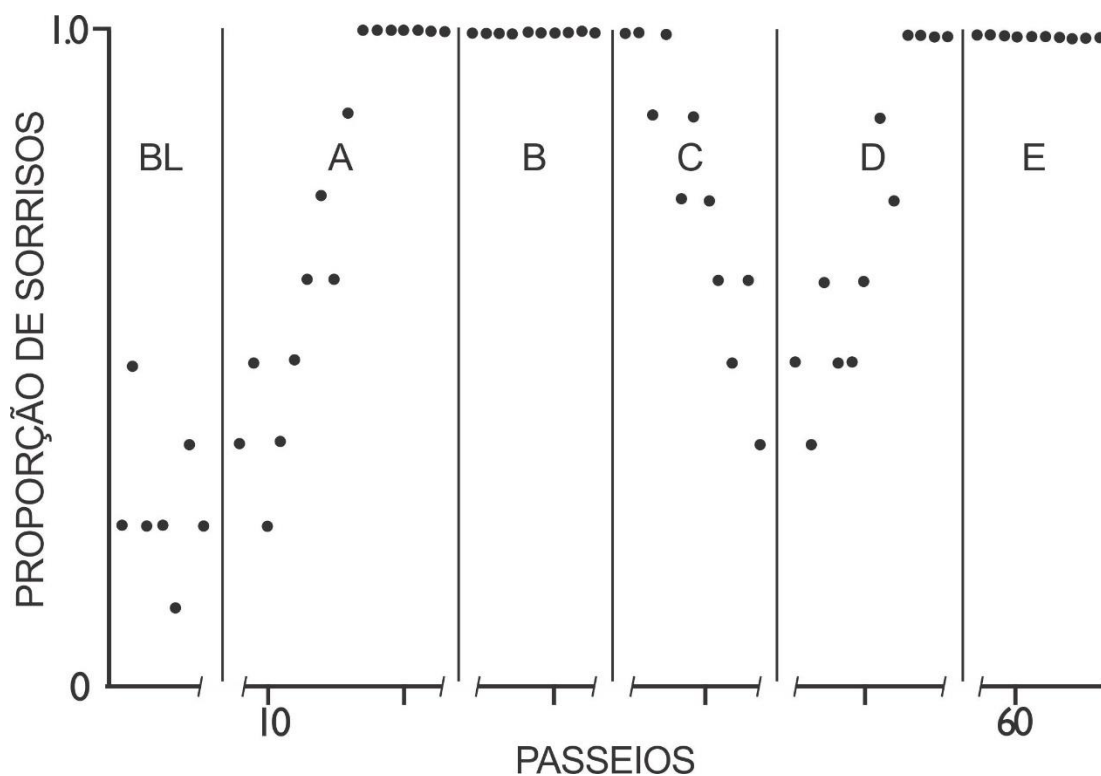


Fig. 1. Proporção de encontros em cada passeio durante os quais o sujeito sorriu. Os procedimentos gerais de linha de base estavam em efeito de BL até A. Em A, o reforçamento com bala foi tornado contingente ao sorrir. O reforçamento com bala foi descontinuado em B. Em C, o sujeito começou a usar o cartaz que instruíra as pessoas a interagirem com ele apenas quando ele não sorrisse. O cartaz foi alterado em D para tornar as interações sociais contingentes ao sorrir e foi eliminado em E.

Os resultados mostraram que o comportamento de sorrir tinha baixa frequência na linha de base (item 2). Aumentou com a introdução da bala, contingente ao comportamento de interesse (item 3), e manteve-se no mesmo nível quando a bala foi suspensa (item 4). Este resultado pode parecer inesperado: o que manteve o comportamento de sorrir? Pode-se concluir, então, que os doces não foram responsáveis pelo aumento da frequência de sorrir? Uma possível explicação é que o reforço arbitrário (doce) aumentou e manteve alta a frequência do comportamento de sorrir, de tal maneira que, a partir do momento em que o doce foi suspenso, o comportamento de sorrir não diminuiu abruptamente; de tal maneira a reação das pessoas do parque (consequência natural produzida pelo sorriso) bastou para manter o comportamento de sorrir. O autor escreveu (Hopkins, 1968, p.124): “Tanto o experimentador, como o observador observaram casualmente que a maioria das pessoas que cruzavam com Jô durante o passeio prestavam atenção indiscriminada para ele. Se ele sorria durante um encontro, falavam com ele por alguns segundos antes de prosseguir. Se ele não sorria, eles, de modo geral, davam-lhe um tapinha na cabeça, perguntavam-lhe se estava bem, cumprimentavam-no etc. É possível que todas essas interações sociais tenham servido como reforço para manter o comportamento de sorrir em frequência quando o reforço com doce foi interrompido.” Pode-se dizer que o procedimento arbitrário (bala) teve o efeito benéfico de instalar o comportamento de sorrir (escolhido arbitrariamente) e de outros comportamentos socioverbais (que passaram a ocorrer por generalização, pelo menos inicialmente, uma vez que não foram arbitrariamente

modelados). Pode-se defender o uso de procedimentos arbitrários – e não há problema moral – desde que seja um passo em direção de substituí-los por procedimentos naturais. O comportamento de sorrir diminuiu quando deixou de produzir atenção (item 5). O procedimento aqui adotado, mesmo sendo arbitrário, revela o papel da atenção social da comunidade como poderoso agente de instalação e manutenção de comportamentos. Convém repetir que o procedimento descrito no item 5 não beneficia o cliente em particular, mas demonstra experimentalmente a função da atenção sobre o comportamento que a produz. Consolida conhecimento sobre as leis que regem comportamentos e beneficia desta forma muitas pessoas no longo prazo. O comportamento de sorrir voltou aos níveis do item 4 quando as consequências por sorrir foram invertidas. A remoção de *todas as contingências de reforçamento experimentais*, a partir do quinquagésimo sétimo passeio (o que equivale a afirmar que o cliente passou a ficar, exclusivamente, sob controle de reforços naturais da comunidade socioverbal), não produziu mudanças na nova frequência de interagir e sorrir de Jô para as pessoas que encontrava em seus passeios.

O artigo de Hopkins (1968) permite várias análises a respeito da relação entre comportamento verbal e natureza do reforço que ele produz (arbitrária e natural). Vamos avançar passo a passo:

1. Quando um agente de mudança comportamental (pais, professores, terapeutas etc.) instala um comportamento, deve estar comprometido com o objetivo de que tal comportamento passe a ser mantido por consequências naturais – físicas ou sociais – e gere, portanto, no cliente independência do agente que instalou a resposta, bem como fortaleça uma classe de respostas (o comportamento de apresentar variabilidade), de tal maneira que, ao adquirir uma classe de respostas (em oposição a um padrão comportamental estereotipado), a pessoa possa ter seu desempenho selecionado por uma gama mais ampla de consequências. Assim, por exemplo, ao fortalecer a resposta de sorrir, outras respostas da mesma classe emergem (chamemos essa classe de “interagir com pessoas”), aumentando a variabilidade comportamental, tais como tocar no braço ou ombro da pessoa, falar “bom dia”, “até logo” e, eventualmente respostas mais complexas podem ser evocadas pelo interlocutor, como, por exemplo, “Vamos andar um pouco juntos”, “Segure minha bolsa, por favor”, “Vou chutar minha bola; agarre para mim...” etc. Em outras palavras, quando uma resposta é tão específica que só produz determinada consequência, advinda de uma única fonte, as possibilidades de manutenção se restringem, se comparadas com uma classe de respostas cujos componentes produzem vários reforços, advindos de várias fontes. Parece contraditório dizer, mas pode-se afirmar que uma pessoa que é influenciada por múltiplos reforços, advindos de múltiplas fontes, é mais livre do que aquela que só é influenciada por um único tipo de reforço, advindo de uma única fonte.
2. Assim, por exemplo, se o pai ensina o filho a andar de bicicleta, o garoto pode vir a curtir pedalar e ter, por ele mesmo, acesso a reforçadores naturais provindos da atividade de andar de bicicleta (veja meu texto “O Ciclista”, disponível na seção Cotidiano do site www.terapiaporcontingencias.com.br). Por outro lado, se o pai restringe as condições em

que o filho pode pedalar: “Só saia com a bicicleta comigo, pois é um esporte perigoso”; “Não ande em lugares ermos, pois pode haver assalto”; “Só saia em grupo por razões de segurança”; “Nunca corra com a bicicleta” etc., o repertório de pedalar fica muito restrito e é provável que o filho não se interesse pela atividade: andar de bicicleta produz poucos reforçadores naturais e constitui-se numa atividade basicamente de fuga-esquiva dos perigos associados com pedalar.

3. O comportamento verbal é instalado de acordo com os princípios comportamentais que regem a instalação e manutenção de quaisquer comportamentos. No entanto, há uma característica que lhe é peculiar: o acesso ao reforço é mediado por outra pessoa. Assim, a resposta verbal “Quero água”, com função de mando, produz água através da ação do ouvinte devidamente preparado pela comunidade verbal para assumir tal papel. O repertório verbal de mando se generaliza na vida adulta e aparece em inúmeras situações, em geral amenizado com o componente autoclítico “Por favor,...”, e assim a pessoa pode ter acesso, mediado por ouvintes, a inúmeros reforços que não lhe estariam acessíveis sem tal mediação. Ou seja, os procedimentos usados para instalar o sorriso em Jô podem ser considerados uma etapa de um processo de instalação de uma cadeia de comportamentos verbais (a primeira etapa é a instalação do sorrir), cuja função final pode vir a ser de “mando” ou “tacto” verbal.
4. A condição exposta fica mais clara quando se trata de um mando. O mando ocorre quando está presente uma operação motivacional e, como tal, o falante tem claro qual o reforço que lhe convém. Pode-se pensar, então, que o reforço que mantém o mando é, de certa forma, natural, uma vez que é especificado pelo falante, embora seja disponibilizado pelo ouvinte. O padrão comportamental de mando, embora limitado pelos padrões da comunidade socioverbal, pode variar dentro de amplos limites: o falante pode pedir sorrindo ou se expressando seriamente; de modo telegráfico ou com longas explicações etc. Atende, no entanto, ao falante e não às preferências do ouvinte. O uso de autoclíticos visa a aumentar o controle sobre o ouvinte. No caso de Jô, ele poderia vir a aumentar a variabilidade comportamental, apontando para um saquinho de pipoca da pessoa no parque (que pode ser entendido com um mando verbal gestual: “Me dê pipoca”) ou até mesmo dizer a palavra “pipoca” (mando verbal vocal). Ou a pessoa poderia lhe oferecer pipoca: “Você quer? Apontando o saquinho para Jô, que poderia responder “Sim, obrigado!”
5. Acompanhe o exemplo: Tuco, de seis anos, pede uma manga para a avó (a visão da manga na fruteira, o cheiro dela, a privação de comida que se estende por tempo razoável, a presença de uma avó meiga e carinhosa etc. aumentam a probabilidade da emissão do mando verbal “Vó, quero manga!”). Considere duas possibilidades:
 - a. a avó (não tão meiga, nem tão carinhosa) diz: “Primeiro você coloca a toalha no banheiro, depois a vovó lhe dá a manga.” A consequência imediata é arbitrária: a avó, por seus critérios, define que a manga (reforço) será apresentada de maneira contingente a um comportamento do neto especificado por ela. Não é o mando do neto que produz manga,

mas o comportamento de guardar a toalha no banheiro. O mando do neto inicia um encadeamento de respostas que continua com um mando da avó. (Sei que a avó vai se justificar, dizendo que quer educar e disciplinar o neto, que é pelo bem dele etc., mas no meu exemplo ela bem ilustra o conceito de reforço arbitrário.)

Conclusão: o comportamento verbal (independente da natureza do reforço que é mediado por outrem) pode produzir consequência arbitrária. Note que o que define se o reforço é natural ou arbitrário é o comportamento do ouvinte, não do falante.

- b. a avó (esta sim, meiga e carinhosa) *pensa*: “Tuco é mesmo uma doçura! Veja o jeitinho dele ao me pedir a manga... Se não tivesse manga em casa, eu ia comprar!” Note o padrão do comportamento emitido pelo neto: trata-se de uma variabilidade do mando verbal que não foi imposto pela avó e que tem função de S^D para ela (e de reforço positivo condicionado). O neto poderia não ter tal padrão comportamental e a avó poderia se propor a ensiná-lo a ser mais gentil. Suponha que a avó dissesse: “Como é que se pede? Pense.” “Como lhe ensinei?” “Primeiro diga: Por favor, vovó, você poderia...?” (neste caso, o reforço seria arbitrário, novamente!). Em seguida a avó diz: “Sente-se no meu colo, enquanto corto a manga.” O neto come a manga, suja as mãos, a cara e completa: “Uma delícia!” Trata-se de reforço natural, mesmo o acesso à manga tendo sido mediado pela avó, pois o reforço é o sabor, o cheiro, a textura, a cor etc. da manga. Equivale ao comportamento *não verbal*: Tuco, agora adulto, vê a manga na fruteira. Corta e come. Pensa: “Que deliciosa!”

6. O mando verbal de Tuco tem a função de SD para a avó. Sob controle do SD, ela emite a resposta de cortar e dar a manga para o neto. O reforço para ela é o conjunto de reações de Tuco: comer prontamente a manga; dizer “Uma delícia!”; ver a carinha amarela, com caldo escorrendo e pingando sobre a mesa, camiseta... etc. São todos reforços naturais para ela. O garoto, por outro lado, poderia dizer simplesmente: “Obrigado, vovó. Vou comer mais tarde!” Provavelmente, tal verbalização teria função de um reforço arbitrário. A natureza e o fenótipo do reforço foram determinados pelo neto, em função da história particular de contingências de reforçamento que instalou esta resposta verbal específica (“Obrigado, vovó!” é um comportamento intraverbal). Assim, a consequência do comportamento da avó foi um reforço arbitrário (estou supondo que “Obrigado...” tem função de reforço positivo para ela); teria sido arbitrária e natural se o neto, após agradecer (reforço arbitrário), comesse a manga e se lambuzasse com ar de satisfação...

7. A interação exposta em 6 pode ser considerada um episódio verbal:

Avó (falante): Entrega a manga cortada para Tuco. Equivale ao mando verbal: Coma a manga!

Tuco (ouvinte): é o mediador do reforço para a avó. Ver o neto comer a manga preparada por ela, degustando o sabor da fruta é um reforço positivo natural para ela. Tuco agradecer e adiar o consumo da manga é um reforço positivo arbitrário.

Obs.: O pedido do neto “Vó, quero manga” é um mando verbal (produz o reforço especificado na frase para o falante) e é SD para a avó (ocasião em que ela, se emitir o comportamento especificado pelo falante, será reforçada por ele).

8. Detive-me no mando verbal, mas o mesmo poderia ser apresentado em relação a outras classes verbais, como tacto, intraverbal etc. Não vou me estender, mas posso sugerir um exemplo:

Professor de Biologia mostra aos alunos uma lâmina ao microscópio com as células do sangue e procura instalar um tacto verbal:

— Vejam as imagens no alto, à direita, com formato achatado e sem núcleo: são as hemácias (S^D para o aluno).

O aluno olha a lâmina e comenta:

— Professor, há uma hemácia no canto inferior, esquerdo (o professor confirma a identificação correta do aluno).

A resposta do aluno é o tacto verbal “hemácia”, sob controle da nova localização de uma hemácia. Uma resposta verbal correta. Tem função de reforço natural para o professor (o aluno demonstrou que aprendeu o tacto: identificou-o em posição não explicitada pelo professor. Houve uma generalização por parte do aluno que formou um conceito: diante de uma foto, de uma nova lâmina etc., identificará a hemácia sem mais ajuda do professor).

Outro aluno diz:

— Professor, vi as imagens que indicou. Esta lâmina vai cair na prova?

A resposta do aluno pode ser um tacto verbal, mas nada garante que ele realmente identificou corretamente as hemácias. Não revelou generalização, nem formação de conceito. Está preocupado com a nota... É uma consequência arbitrária para o professor, considerando que a aprendizagem do aluno é reforçadora para o professor. No entanto, o comentário do aluno pode ter duas possíveis funções: a. reforçadora positiva arbitrária (“Pelo menos, por causa da nota, aprende”, pensa o professor); b. aversiva (“Este aluno só pensa na nota; não em aprender...!”).

Obs.: você poderá argumentar que identificar a hemácia é um mando do professor. Pode ser, mesmo. No entanto, ele estaria usando o mando para instalar um tacto, este sim o principal objetivo do mestre.

Segue abaixo um texto de Ferster *et al.*(1978): *Sumário sobre Controle Arbitrário versus Controle Natural*.

“Um dos problemas aludidos no artigo é o fato de que o reforçamento arbitrário tende a beneficiar as necessidades imediatas do controlador e não as do controlado. Além disso, os reforçadores tendem a ser úteis ao controlador durante um período longo, mas não são particularmente úteis à pessoa que está sendo controlada. Nesses exemplos o reforçador é arbitrário porque não há nenhum outro reforçador que mantenha, naquela situação, o comportamento desejado no repertório da criança quando o controlador está ausente e porque o reforçador não está relacionado aos desempenhos naturais da criança. Há apenas aquelas consequências que resultam da atuação do controlador e para ele retornam.”

“Deve-se notar que nem todo reforçamento arbitrário se utiliza de estímulos aversivos. É o que pode ser ilustrado pelo caso da criança, cuja mãe lhe dá um cruzeiro para que ela se

ocupe em estudar durante duas horas. As consequências naturais, que decorrem do estudo, no ambiente, não são o dinheiro, e o desempenho mantido por dinheiro serve apenas para beneficiar a mãe que acredita que o estudo é útil para a criança. Podemos relacionar este exemplo à observação frequente de comportamentos, inicialmente modelados e mantidos por reforçadores arbitrários, que podem permanecer quando esses reforçadores forem retirados. Isto acontece, provavelmente, porque, ao lado da consequência reforçadora arbitrária, ocorreu, por acaso, outra consequência reforçadora natural. Então, se a criança de fato estuda durante duas horas, ela pode verificar que além de obter o dinheiro, também poderá ser capaz de dizer algo de novo e interessante que antes ela não saberia dizer, talvez alguma coisa que impressione seus amigos. Em casos como este, o controle de desempenho deixa de ser exercido por reforçadores arbitrários e passa a ser feito por reforçadores naturais. Isto sugere que um reforçador arbitrário, como o dinheiro, pode ser útil na modelagem inicial de um desempenho, ao permitir uma transição mais rápida e fácil para a consequência mais natural do desempenho. O terapeuta, contudo, deve estar bem sintonizado com seu cliente para poder constatar que um reforçador natural está ocorrendo e que a transição foi completada. Uma das características do controle arbitrário, que foi mencionada, é que um desempenho controlado por um reforçador arbitrário tende a ser muito limitado e bastante especificado pelo controlador e não pode assumir formas topográficas mais variadas, como as que ocorrem no ambiente natural. Isto sugere a importância do reforçador para se desenvolver a forma final de um desempenho. No caso do reforçamento arbitrário, a forma tende a ser muito limitada e específica, uma vez que é determinada pelo controlador. O ambiente natural, por outro lado, tende a não especificar uma margem estreita para o desempenho quando libera um reforçador, no caso do estudo da criança, por exemplo, a mãe diz, “Quero que você estude direito agora, sentando-se corretamente em sua escrivaninha e lendo seu livro durante duas horas; se você fizer isso eu lhe darei um cruzeiro”. Entretanto, num ambiente mais natural, em que a criança esteja inclinada a estudar para atingir seus próprios objetivos, muitos tipos de desempenhos podem ser reforçados, no estudo. A criança pode deitar-se de costas no chão, reclinar-se em sua cama, ou ler enquanto vai à loja ou enquanto está pescando. Ela pode também estudar agora ou daqui a dois dias. Qualquer um desses desempenhos seria reforçado no ambiente natural uma vez que o reforçador é a habilidade para falar sobre coisas novas e há muitos tipos de desempenhos que poderiam ser reforçados por este evento. O uso de reforçadores arbitrários pode ser tão prevalente porque é necessário, frequentemente, começar com um desempenho que já esteja ocorrendo no repertório do organismo. Para se verificar que o reforçador de um desempenho ocorre naturalmente no ambiente, torna-se indispensável uma grande habilidade de observação. Isto requer do terapeuta ou dos pais um trabalho de observação minucioso e preciso. Em suma, os reforçadores naturais ou arbitrários podem envolver tanto reforçamento positivo como negativo. A razão para o uso do controle arbitrário é o benefício do controlador; o comportamento do controlador é reforçado imediatamente e mantido a longo prazo por esse tipo de reforçador. O comportamento do controlado só será mantido a curto prazo, enquanto o controlador estiver presente. Os reforçadores naturais, por outro lado, são usados em benefício da pessoa controlada e são úteis na manutenção de seu comportamento, tanto imediatamente quanto a longo prazo. Os reforçadores arbitrários tendem a especificar uma forma muito limitada do desempenho, enquanto que os reforçadores naturais permitem que o reforçador seja obtido através de uma grande variedade de desempenhos. Entre outras, já mencionadas, uma das grandes vantagens é que isso permite ao organismo muito mais flexibilidade em lidar com cada uma das situações que encontra no ambiente. O uso de controle arbitrário tende a limitar os

desempenhos à situação em que o desempenho foi desenvolvido, enquanto que os reforçadores naturais garantem que o desempenho ocorrerá em qualquer lugar onde seja reforçado naturalmente. Os reforçadores arbitrários tendem a gerar um poder de contenda em que os principais desempenhos são os de esquiva e fuga, tanto por parte do controlador como do controlado. Ao contrário, o uso de reforçadores naturais evita o poder de contenda, uma vez que o terapeuta não tem nenhum empenho na determinação do desempenho que deve ocorrer e na maneira como deve ser reforçado. O uso do reforçamento natural começa com o repertório do indivíduo e não com alguma forma arbitrária que deve ser modelada e determinada pelo controlador.” (pp. 286-88).